

Prejuízos ambientais são graves

Esgoto que desemboca diretamente no rio. Entulho e lixo jogados em locais inadequados. Obras que destroem mananciais. Meio ambiente agredido. A cidade ilegal é assim. Gera problemas aparentemente pequenos, mas com conseqüências muitas vezes irreversíveis. “A transgressão produz um círculo vicioso”, define Eulália Machado, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

“SÃO MUITOS OS DESRESPEITOS AO MEIO AMBIENTE E AO PATRIMÔNIO. AS IRREGULARIDADES PATRIMONIAIS SÃO MAIS VISÍVEIS, MAS AS AMBIENTAIS SÃO MAIS DRAMÁTICAS E COM GRAVE REPERCUSSÃO PARA TODOS”

ALEXANDRE CAMANHO
Procurador da República

Esgoto sem tratamento

O problema da cidade ilegal acaba se perpetuando. E nunca é resolvido do noite para o dia. As duas cidades mais populosas do Distrito Federal — Taguatinga e Ceilândia — até hoje não contam com estação de tratamento de esgoto. Resultado: o rio Melchior recebe diariamente 72 toneladas de dejetos orgânicos *in natura* (sem tratamento), produzidos por cerca de 600 mil habitantes das duas localidades.

O cenário é o mesmo há 30 anos, com um agravante. Recentemente, o Melchior passou a receber também o esgoto da expansão de Samambaia. Como se não bastasse, os dejetos do Gama são também despejados *in natura* em uma fonte de água, o Ribeirão do Alagado, que acaba desembocando no Melchior. As conseqüências são devastadoras para o meio ambiente. O rio está morto, nenhuma espécie de vida consegue sobreviver em meio à sujeira.

ABASTECIMENTO

O rio Melchior deságua na bacia do rio Corumbá, justamente onde será localizado o futuro lago da hidrelétrica de Corumbá IV. A poluição dos afluentes é uma ameaça ao abastecimento de água da população do Distrito Federal a médio prazo.

De acordo com a Caesb, a coleta de esgoto é realizada em 88% do território do Distrito Federal. Só que, desse total, 24% não é tratado. Ou seja, 36% dos dejetos orgânicos produzidos no DF ainda são jogados em fontes naturais de água. O governo pretende, com o financiamento conseguido no início do mês junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), construir duas estações de tratamento.

A que deve atender a Ceilândia e Taguatinga está orçada em R\$ 55 milhões e a perspectiva de conclusão é de 18 meses. Já a estação do Gama deverá ser construída em 16 meses e custará R\$ 12 milhões. (TR e SN)

dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Distrito Federal.

O impacto, explica Eulália, ocorre desde o primeiro momento, quando é realizado o desmatamento de uma área para se criar uma comunidade clandestina. “As casas começam a ser construídas a partir da retirada indiscriminada de madeira ou de cascalho da natureza”, explica.

Daí por diante é só problema. A água consumida por aqueles habitantes é coletada clandestinamente de algum manancial importante para o meio ambiente. Sem saneamento, o lixo e o esgoto produzidos pela comunidade voltam para o manancial. Um exemplo característico dessa situação é a Estrutural. “Trata-se de uma invasão organizada a partir de interesses políticos, sem nenhum critério”, justifica.

Eulália Machado explica que próximo da Estrutural — onde não existe água encanada e a energia não chega a todos — localiza-se a Área de Proteção Ambiental (APA) do Descoberto. “O pior é que uma invasão não pode ser embargada como se fosse

Fotos: Antônio Siqueira



VIADUTO DO TORTO, OBRA QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO CONSIDERA PREJUDICIAL AOS MANANCIAIS SUBTERRÂNEOS DA ÁREA

uma obra. São necessárias medidas legais para retirar as famílias de lá, alojá-las em outros locais.” Mas o impacto ambiental muitas vezes é irreversível.

OBRAS DO GDF

Em Brasília, a falta de planejamento e o descaso com relação às conseqüências do que é construído começam com o próprio governo. A Promotoria de Defesa do Patrimônio e Meio Ambiente do Ministério Público Federal já instaurou uma série de ações contra obras consideradas irregulares. Os casos tramitam pelas varas da Justiça Federal.

“São muitos os desrespeitos ao meio ambiente e ao patrimônio. As irregularidades patrimoniais são mais visíveis, mas as ambientais são mais dramáticas e com grave repercussão para todos”, afirma o procurador da República Alexandre Camanho.

Ele cita alguns exemplos que já foram parar nos tribunais. A construção do viaduto do Catetinho é um deles. “Não dá mais para avistar da rodovia o prédio, um dos marcos da história de Brasília. Isso é uma afronta ao patrimônio”, afirma Camanho. A Justiça se negou a embargar a obra, sob a alegação de que ela estava bastante avançada. “A

sentença final ainda não saiu, mas se for favorável, demoliremos o viaduto na hora”, afirma.

Alexandre Camanho aponta as baias do Parque da Cidade e o viaduto do Colorado — em adiantada fase de construção — como outras obras irregulares. O Ministério Público Federal está movendo ações contra as duas. “O viaduto do Colorado terá sérias conseqüências ambientais”, justifica. O procurador lembra que os problemas não ficam restritos a obras públicas. E cita a Igreja Universal do Reino de Deus, na 212/213 Sul, e o estacionamento do Pier 21 como exemplos de desrespeito. (TR e SN)

OBRAS

A Promotoria de Defesa do Patrimônio e Meio Ambiente do Ministério Público Federal (MPF) já instaurou uma série de ações contra obras consideradas irregulares em Brasília. A maioria aguarda sentença da Justiça Federal. O procurador Alexandre Camanho enumera algumas delas:

BAIAS DO PARQUE DA CIDADE

A obra já foi concluída, mas a ação ainda tramita na Justiça.

IGREJA UNIVERSAL DO REINO DO DEUS DA 212/213 SUL

A Justiça não acatou pedido do MPF de embargo e mandou concluir a obra, que já está adiantada. Falta ainda sair a sentença. O Ministério Público alega que houve mudança irregular de destinação da área.

VIADUTO DO CATETINHO

A Justiça não concedeu liminar suspendendo a obra, que já foi concluída e, de acordo com o MP, fere o patrimônio. Falta sair a sentença.

VIADUTO DO COLORADO E BALÃO DO TORTO

A ação está tramitando na Justiça. O argumento usado pelo Ministério Público para embargar as obras é de que elas têm grande impacto ambiental.



LIXÃO DA ESTRUTURAL: SUJEIRA EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Lixo em área pública

No Distrito Federal, a Lei nº 972, de 11 de dezembro de 1995, é bem clara: proíbe que se jogue lixo em locais públicos não autorizados e exige que seja contratada uma empresa para resolver esse problema. Mas não é o que acontece.

Em Taguatinga, um terreno de 40 mil m², na QNL 01, é utilizado justamente para esse fim. “Às vezes, os próprios moradores da vizinhança jogam lixo aqui. Pior é quando tocam fogo nos pneus. Minha mulher, que tem problemas respiratórios, só falta morrer”, diz o aposentado Genezio Borges, 73 anos, que mora próximo ao “lixão”.

O local virou casa e meio de vida para o catador José Ramos de Oliveira. Ele transforma ferro retorcido e outras quinquilharias em teto para

se abrigar. Mora na área há quatro anos com a esposa. “O serviço social já tentou me tirar, mas não tenho para onde ir”, justifica o sem-teto.

O administrador de Taguatinga, Valdemar Aguiar, admite que fez um acordo com os carroceiros para que eles levassem o entulho para a QNL 1. “Foi a forma que encontramos para concentrar a sujeira em um só lugar. Toda semana os caminhões recolhem o material e o terreno é limpo. É um mal necessário”, afirma. O diretor de Operações do Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana (Belacap), Expedito Apolinário, garante que essa prática é ilegal. “No caso de Taguatinga, os entulhos só podem ser despejados no aterro do Jóquei.” (TR e SN)